



“IDEOLOGIA DE GÉNERO”: ORIGEM E DISSEMINAÇÃO DE UM DISCURSO ANTIFEMINISTA

Júlia Garraio*
Teresa Toldy**

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as origens dos discursos contra a “ideologia de género” enquanto movimento global e mapear o seu processo de disseminação. Para tal, apoia-se na vasta bibliografia que existe sobre os vários contextos em que os ataques à “ideologia de género” têm tido significativo impacto sociopolítico. Este trabalho permitirá perceber, por um lado, o carácter global dos ataques à “ideologia de género” como movimento essencialmente antifeminista que pretende contrariar políticas promotoras da igualdade de género; por outro, este mapeamento das várias manifestações anti-“ideologia de género” favorece um olhar comparativo que permitirá visibilizar as especificidades das várias traduções e apropriações locais do discurso em causa.

Palavras-chave: Ideologia de género, Vaticano, feminismo, direitos das mulheres, direitos LGBTQ.

* Investigadora do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Grande parte da sua investigação, das suas atividades e publicações foi dedicada à cultura alemã, a narrativas de guerra e a questões relacionadas com a representação da violência sexual. Atualmente é investigadora contratada do projeto DeCodeM (Des)Codificar Masculinidades: para uma melhor compreensão do papel dos media na construção de perceções de masculinidades em Portugal. É membro co-fundador do grupo internacional SVAC: Sexual Violence in Armed Conflict (<http://www.warandgender.net/about/>) e membro do POLICREDOS. Observatório da Religião no Espaço Público. Os seus atuais interesses de investigação incluem violência sexual, masculinidades, feminismos, nacionalismo, literatura comparada e media. O contributo de Júlia Garraio foi realizado no quadro do projeto “DeCodeM (Des)Codificar Masculinidades: para uma melhor compreensão do papel dos media na construção de perceções de masculinidades em Portugal”, financiado pela FCT (Portugal) (ref. PTDC/COM-CSS/31740/2017).

** Doutorada em Teologia (área da Teologia Feminista) pela Philosophisch-Theologische Hochschule Sankt Georgen (Frankfurt) e pós-doutorada pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professora Associada com Agregação em Estudos Sociais na Universidade Fernando Pessoa (Porto), em regime de exclusividade. Docente desta universidade na área da Ética. Investigadora do CES, onde co-coordena o POLICREDOS, juntamente com Tiago Pires Marques. Publica na área da religião e dos estudos feministas.



ABSTRACT

This article examines the origins of the anti-“gender ideology” discourses as a global movement and maps their dissemination worldwide. For that purpose, it reviews the vast bibliography about the different contexts where the attacks on “gender ideology” have had a significant socio-political impact. This examination will expose, on the one hand, the global character of the attacks on “gender ideology” as an essentially anti-feminist movement that aims to counter policies that promote gender equality; on the other hand, this mapping of the differentiated anti-“gender ideology” manifestations favors a comparative overview that brings to light the specificities of the translations and local appropriations of the anti-“gender-ideology” discourses.

Keywords: Gender ideology, Vatican, feminism, women rights, LGBTQ rights

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo analizar los orígenes de los discursos que se oponen a la “ideología de género” como movimiento global y mapear su proceso de diseminación. Para ello, nos apoyamos en la vasta bibliografía que existe sobre los diversos contextos en los que los ataques a la “ideología de género” han tenido un significativo impacto sociopolítico. Este trabajo permitirá entender, por una parte, el carácter global de los ataques a la “ideología de género” como un movimiento esencialmente antifeminista que pretende contrarrestar políticas de promoción de la igualdad de género; por otro, este mapeo de las diversas manifestaciones anti “ideología de género” favorece una mirada comparativa que permitirá visibilizar las especificidades de las diversas traducciones y apropiaciones locales del discurso en cuestión.

Palabras clave: Ideología de género, Vaticano, feminismo, derechos de las mujeres, derechos LGBTQ

INTRODUÇÃO

Os ataques à “ideologia de género” têm vindo a marcar os debates políticos em várias zonas do globo das últimas duas décadas, tendo contribuído decisivamente para determinados resultados eleitorais, como a vitória do “não” no referendo ao plano de paz da Colômbia em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro nas eleições do Brasil de 2018. Estes êxitos eleitorais dos opositores à “ideologia de género” fazem parte



de um movimento global que adotou o conceito para articular oposição à igualdade de género, aos direitos reprodutivos da mulher, ao acesso ao aborto em segurança, à educação sexual nas escolas e aos direitos das pessoas LGBTQ em áreas como casamento, adoção, maternidade de substituição e tecnologias reprodutivas. A educação, nomeadamente os programas escolares, têm sido uma das áreas mais visadas pelos detratores da “ideologia de género” nos vários contextos geográficos. Este foco nas jovens gerações revela as ambições dos ideólogos “anti-ideologia de género” como movimento empenhado numa transformação global dos comportamentos e das mentalidades, que apresenta traços de uma contra-revolução empenhada em revogar mudanças e tendências sociais resultantes do ativismo feminista, do empoderamento das mulheres e das pessoas LGBTQ das últimas décadas.

O presente artigo tem como objetivo analisar as origens deste movimento global e mapear o seu processo de disseminação. Para tal, apoia-se na vasta bibliografia que existe sobre os vários contextos em que os ataques à “ideologia de género” têm tido significativo impacto sociopolítico. Este trabalho permitirá perceber, por um lado, o carácter global dos ataques à “ideologia de género” como movimento essencialmente antifeminista que pretende contrariar políticas promotoras da igualdade de género; por outro, este mapeamento das várias manifestações anti-“ideologia de género” favorece um olhar comparativo que permitirá visibilizar as especificidades das várias traduções e apropriações locais do discurso em causa. Ora, é precisamente nesta atenção à dimensão macro e à micro do movimento que os seus perigos poderão ser mais facilmente identificados e combatidos.

Após um breve excursão sobre a origem etimológica do conceito de género até ao seu uso derogatório, iremos analisar as origens do movimento anti-“ideologia de género” em documentos do Vaticano nos anos 90. Depois debruçamo-nos sobre a rápida disseminação do discurso anti-“ideologia de género” nas duas primeiras décadas do século XXI e a sua adoção por forças políticas sobretudo de direita ultraconservadora e extrema-direita. Ao mapear os principais focos dos ataques à “ideologia de género”, expomos como estes discursos se tornaram numa importante força política de mobilização de eleitorados



em torno de agendas conservadoras antifeministas em várias partes do globo. Também chamamos a atenção para a convergência, nos países europeus, dos movimentos anti-“ideologia de gênero” com projetos anti-imigração que pretendem defender a matriz cristã do Ocidente. Por fim, abordamos a necessidade de resistir à viragem anti-gênero.

GÊNERO, IDEOLOGIA DE GÊNERO E “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

O termo gênero tem sido amplamente utilizado na linguística como categoria gramatical, referindo-se à identificação de substantivos segundo categorias como masculino, feminino ou neutro. A sua utilização como conceito referente às diferenças socialmente construídas e às expectativas culturais atribuídas aos sexos biológicos é uma prática mais recente (Brooke HOLMES, 2012). Em 1955, o sexólogo John Money introduziu a distinção entre sexo biológico e gênero (*gender*) no sentido de papel social. Definiu gênero como todas aquelas coisas que uma pessoa diz ou faz para se revelar como sendo menino ou homem, menina ou mulher (John MONEY et al. 1955). A teoria feminista adotou o conceito para analisar a construção sociocultural de masculinidades e feminilidades, contribuindo determinadamente para sua popularização a partir dos anos 70 (Daniel HAIG, 2004). O termo foi adotado por instituições influentes como a Organização Mundial da Saúde. Numa altura em que o feminismo era entendido como sendo demasiado partidário e, por isso, potencialmente fraturante, a terminologia Estudos de Gênero (*Gender Studies*) era vista como sendo mais neutra do que Estudos Feministas ou Estudos sobre as Mulheres. Foi assim que, nos anos 90, o termo Estudos de Gênero se disseminou amplamente na academia (June PURVIS, Amanda WEATHERILL, 1999). Atualmente a História do Gênero é entendida como uma disciplina que analisa as identidades de gênero, masculino, feminino ou queer, na relação entre elas e com as normas sociais e culturais (Eileen BORIS, 2019).

A investigação na área dos Estudos de Gênero usa a terminologia ideologia(s) de gênero no sentido de imaginários socioculturais que enquadram e constroem os papéis de gênero que vigoram numa sociedade, comunidade ou grupo social num determinado momento e contexto social. A Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais e



Comportamentais define o estudo das ideologias de género como uma área que se dedica a descrever e explicar semelhanças transculturais e diferenças nas visões humanas sobre mulheres, homens e identidades alternativas de género, justificando a opção pelo termo ‘ideologia’ com a natureza culturalmente construída (em oposição à ‘natural’) do género (S.U. PHILIPS, 2001). São vários os estudos que adotam escalas para aferir e diferenciar ideologias de género (veja-se, por exemplo, Amy KROSKA, 2000). Este tipo de estudos usa ideologia de género como um conceito analítico útil para perceber as diferenças culturais que cada sociedade, comunidade ou grupo social associa aos sexos biológicos. Uma grande parte destes estudos argumenta que as construções sociais de género dominantes se sustentam num binário heteronormativo masculino/feminino que é usado, por um lado, para silenciar, discriminar, oprimir e/ou perseguir identidades de género não-binárias e, por outro, para legitimar a subordinação tradicional das mulheres nas sociedades patriarcais.

Enquanto termo que aponta para a dimensão socialmente construída dos papéis de género, o conceito ideologia de género foi acolhido e celebrado em meios feministas e sob a sua influência. O termo apenas se tornou num conceito controverso quando certos atores políticos e religiosos começaram a usá-lo pejorativamente em meados dos anos 90 para definir o que esses atores acusavam de ser um movimento social permissivo pró-aborto e pró-LGBT que deveria ser combatido em nome da defesa da família e do bem-estar das crianças. Alguns estudos, frequentemente afiliados a grupos religiosos, adotam este modelo normativo (veja-se, por exemplo, Paul ADAMS, 2017). Foi assim que o anátema “ideologia de género” se tornou uma estratégia retórica conservadora de crescente importância no ataque aos direitos LGBTQ (Tamara ADRIÁN, 2017), às agendas feministas em áreas como contraceção (Mónica CORNEJO-VALLE e Ignacio J. PICHARDO, 2017) e à investigação que desconstrói pressupostos essencialistas e naturalistas sobre género e sexualidade (David PATERNOTTE e Roman KUHAR, 2018, p.8). Como veremos, é em documentos do Vaticano que este anátema tem a sua origem.



O PAPEL DECISIVO DO VATICANO NOS ATAQUES À “IDEOLOGIA DE GÉNERO”

O Vaticano desempenhou e continua a desempenhar um papel decisivo na definição do conceito de “ideologia de género” e nos ataques à mesma (Mary Anne CASE, 2016; Sara GARBAGNOLI e Massimo PREARO, 2017).

De facto, a conotação negativa subjacente ao termo “ideologia de género” foi inventada pela Igreja Católica como uma forma de associar “questões críticas”, como “a ordem de género, família e sexualidade”. Constitui igualmente uma forma de se opor tanto à emergência do debate sobre os direitos de reprodução das mulheres, o aborto, a homossexualidade, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, como a programas de educação que incluem questões relacionadas com o género (Elzbieta KOROLCZUK, 2016).

A promulgação de legislação internacional e nacional nestas matérias, interpretada como sendo incompatível com a doutrina Católica (Mary Anne CASE, 2019), deu origem a um “pânico moral na Igreja Católica (Mónica CORNEJO-VALLE e J. Ignacio PICHARDO, 2017). Os documentos do Vaticano criticam frequentemente esta legislação acusando-a de constituir uma tentativa de erradicar a “ordem natural”, substituindo-a por perceções “sociais” seculares (Cristina OTTAVIANO, 2017). Assim, esta substituição é compreendida como uma negação da diferença sexual que levará à “anulação da natureza humana” (Cristina OTTAVIANO, 2017, p. 3; ver também PONTIFICAL COUNCIL FOR THE FAMILY, 2006).

Além disso, os documentos do Vaticano refletem o “pânico” que a Igreja sente de perder o controlo sobre as sociedades. A perceção deste risco levou o Vaticano a produzir um ataque discursivo e uma prática contra aquilo a que Sara GARBAGNOLI (2016) chama “a heresia da imanência”, isto é, a “desnaturalização da ordem sexual estabelecida por Deus”. O momento que desencadeou este discurso e esta prática parece ter sido a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, organizada sob a égide das Nações Unidas em Pequim, no ano de 1995 (Gloria CAREAGA-PÉREZ, 2016; Sonia CORRÊA, 2016; Mary Anne CASE, 2019; Anthony FAVIER, 2015). A Delegação do Vaticano a esta Conferên-

cia emitiu uma declaração sobre a interpretação do termo “género” que pode ser considerada a primeira referência à palavra “género” nos documentos oficiais da Igreja Católica. Esta declaração rejeita as “interpretações ambíguas baseadas em visões do mundo segundo as quais a identidade sexual pode ser adaptada de forma aleatória para servir propósitos novos e diferentes” (UNITED NATIONS, 1996, p. 162).

O aumento das uniões de facto também é apontado pelos documentos do Vaticano como um sinal de desvalorização da estabilidade do casamento. A “ideologia de género” é considerada um ataque ao matrimónio, uma vez que ser homem ou mulher não é determinado fundamentalmente pelo sexo, mas sim pela cultura (Mary Anne CASE, 2016; Teresa TOLDY e Ana Cristina SANTOS, 2016; Juan Marco VAGGIONE, 2016). Além disso, esta desafeição pelo casamento, na perspetiva do Vaticano, tem um impacto relevante na sociedade, uma vez que a reprodução é entendida como o princípio genético da sociedade e a educação dos filhos é encarada como um pilar fundamental de uma estrutura social baseada na família. Os documentos insistem no valor da família como “a base da sociedade” e o “santuário da vida”. Além disso, enquadram as diferenças entre homens e mulheres num discurso antropológico de complementaridade e reciprocidade (Carmen Bernabé UBIETA et al., 2018). O Vaticano articula claramente uma linguagem comum para evitar a “desnaturalização” da família e a “des-gendarização” das relações sociais (Elizabeth CORREDOR, 2019, p. 9).

A proteção da definição da família como uma entidade radicada na natureza significa a rejeição do feminismo, uma vez que este é identificado com combates para uma compreensão da igualdade como o desejo de as mulheres se tornarem homens, algo que é considerado um eclipse da mesma. De facto, o Vaticano enfatiza a maternidade como a missão mais importante das mulheres: assume-se que é isso que se espera delas (Dawn LLEWELLYN, 2016). Como tal, a influência do Estado, através de legislação que protege e promove os direitos públicos das mulheres, é considerada uma ameaça à missão mais importante das mulheres.

O Vaticano também defende que as famílias devem ter um papel decisivo no campo da educação. Criticam-se as organizações internacionais que apoiam programas escolares que apresentam formas de família



incompatíveis com a compreensão cristã da família (por exemplo, uniões homossexuais) e que apresentam direitos reprodutivos que incluem o acesso ao aborto e à esterilização – em suma, tudo o que é considerado como um “estilo de vida” que favorece a banalização do sexo.

Afirmando que a “ideologia de gênero” identifica o casamento monogâmico com a principal forma institucionalizada de opressão das mulheres pelos homens, o Vaticano também considera esta “ideologia” como parte de uma nova forma de marxismo (ver Dale O’LEARY, 1995). O objetivo final da “ideologia de gênero” como uma nova configuração do marxismo seria acabar com a família e o casamento monogâmico, a fim que as mulheres possam ocupar o seu lugar na produção econômica.

Segundo os documentos do Vaticano, o futuro da humanidade depende do futuro da família. Quando Ratzinger ocupava o cargo de Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o ataque à “ideologia de gênero” incluía o que o Vaticano considerava formas diferentes de equacionar as “questões das mulheres”. Afirmava-se que existiam duas formas de encarar “as questões das mulheres”, como se existissem dois tipos de feminismo: o bom e o mau (Sara GARBAGNOLI, 2016). O primeiro enfatizava a condição de subordinação, com o objetivo de alimentar o antagonismo entre os homens e as mulheres. Os homens eram considerados adversários e as mulheres, para se libertarem, deveriam procurar ter poder. A segunda tendência, para evitar o domínio dos homens sobre as mulheres, nega a existência de diferenças entre os homens e as mulheres: a biologia (o sexo). Ratzinger acusava esta forma de promoção da libertação do determinismo biológico como uma forma de pôr em causa a família heterossexual, colocando a heterossexualidade ao mesmo nível da homossexualidade (ver CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 2004).

O Papa Francisco segue a tendência centenária para abordar as questões de gênero numa perspectiva essencialista. Uma das primeiras decisões do seu pontificado foi convocar um sínodo sobre “A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo” (2015). Uma das “alterações culturais” identificadas pelos participantes no sínodo foi a “ideologia de gênero”. O sínodo afirmou que esta ideologia nega a diferença e a reciprocidade da natureza do homem e da mulher, perspetivando uma sociedade sem diferenças de gênero. Esta

negação das diferenças de género contribuiria para a destruição do fundamento antropológico da família, considerando a identidade humana uma escolha volátil. Além disso, esta ideologia é acusada de contribuir para programas educativos e diretrizes legislativas que promovem uma identidade pessoal e uma intimidade emocional completamente separadas da diferença biológica entre masculino e feminino. Apesar de se reconhecer a existência de uma diferença entre os sexos (um dado biológico) e o género (papel sociocultural do sexo), a separação entre sexo e género é criticada (cf. PAPA FRANCISCO, 2016).

A família é descrita como sendo composta por um homem, uma mulher e filhos. A união conjugal deve ser ordenada, “por natureza”, para a procriação e uma mulher grávida “pode participar no plano de Deus sonhando com o seu filho”. O alegado enfraquecimento da presença materna na família é considerado um risco grave para o mundo. O Papa Francisco afirma que dá valor ao feminismo, mas não ao tipo de feminismo que reclama a uniformidade ou nega a maternidade. Esta mesma doutrina aparece na Carta Encíclica *Laudato si* (PAPA FRANCISCO, 2015b) centrada nas questões ambientais. O documento frisa a necessidade de uma ecologia humana e abrangente, capaz de fazer face aos desafios da degradação tanto dos laços naturais como dos sociais. Contudo, se, por um lado, o texto pode ser considerado um avanço, por outro lado, não enfatiza os impactos específicos da crise ecológica sobre metade da população humana, uma vez que a maioria dos pobres do mundo inteiro são mulheres. A inexistência na Carta referida de uma abordagem que toma em consideração “dados desagregados” acerca da situação das mulheres reflete aquilo que vem a ser considerado como “o ângulo morto” (Katha POLLITT, 2015) ou o “elo que falta” (Teresa TOLDY, 2017) à “revolução cultural” a que o PAPA FRANCISCO apela. Além disso, apesar da inexistência da palavra “género” ou “ideologia de género” neste documento, o discurso sobre a “valorização do corpo na sua feminilidade ou masculinidade” e sobre o que é considerado “uma atitude não-saudável”, que procura “abolir a diferença sexual”, porque os seres humanos já não sabem como confrontar-se com ela, é perfeitamente coerente com a crítica dos documentos do Vaticano à “ideologia de género”.



A suposta ligação entre “ideologia de género” e colonização corresponde a um outro argumento usado contra os discursos sobre género, ainda que seja raro nos documentos publicados pelo Vaticano (veja-se a esse respeito uma entrevista coletiva do PAPA FRANCISCO quando visitou o Sri Lanka e as Filipinas, em 2015). O argumento baseia-se no pressuposto de que, quando algo é imposto pelos impérios colonizadores, estes tentam fazer os povos colonizados perder a sua própria identidade, criando uniformidade. Em 2019, a Missão de Observador Permanente da Santa Sé nas Nações Unidas propôs um seminário com o título “Protecting Women and Girls”. O arcebispo Bernardito AUZA (2019) manifestou a sua perplexidade por, na sua opinião, ser atualmente difícil ter uma noção clara das questões abordadas na Comissão sobre o Estatuto da Mulher. Tais questões estavam ligadas ao que o arcebispo considera ser a definição de mulher: “a metade da raça humana nascida com capacidade para a maternidade, com dois cromossomos X, com características físicas, hormonais e relacionais específicas que a distinguem da outra metade aproximada da raça humana, os homens.”

A “identidade de género” e a “ideologia de género” são acusadas de corroerem o consenso em torno da definição dos sexos: separam a “natureza corporal” da “feminilidade” como sendo o sexo atribuído ao nascimento; definem a identidade de acordo com a “auto-identidade” independentemente das características do corpo. Essa autodefinição da identidade de mulheres e meninas não de acordo com o sexo biológico, mas de acordo com a “expressão de género”, é apresentada como sendo uma reivindicação do “núcleo duro” LGBTI. Para o Vaticano, a separação entre biologia e identidade pessoal colocará a humanidade em risco, sendo um retrocesso, uma vez que o corpo deixará de ser um elemento definidor da humanidade. A pessoa é reduzida ao espírito e à vontade, a uma abstração até ao momento em que escolhe o sexo a que deseja pertencer.

O Vaticano reage assim de maneira contundente contra os sistemas educacionais que ensinam às crianças “ideologia de género” ao afirmarem que estas poderão escolher o que querem ser. O alvo destas críticas não são apenas diretrizes nacionais e internacionais. É perceptível uma referência sutil às teorias de género desenvolvidas na academia, especialmente

à teoria do género de Judith Butler. O documento da CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA intitulado “Homens e mulheres Ele os criou”: rumo a um caminho de diálogo sobre a questão da teoria de género na educação” (2019) afirma que existe uma “crise educacional” no campo da afetividade e sexualidade, fruto de currículos que refletem uma antropologia oposta à fé que desestabiliza a família como instituição.

A “ideologia de género” é acusada de negar a diferença e a reciprocidade na natureza de um homem e de uma mulher e de preconizar uma sociedade sem diferenças sexuais, eliminando assim a base antropológica da família. É assim que essa ideologia levaria a programas educacionais e decretos legislativos promotores de uma identidade pessoal e de formas de intimidade emocional radicalmente desligadas da diferença biológica entre homem e mulher. Consequentemente, a identidade humana torna-se, para essas teorias, uma escolha individual, que também pode mudar com o tempo. Algumas teorias antropológicas do século XX são assim entendidas como teorias que enfatizam a liberdade individual. Por outro lado, essas antropologias apresentam a identidade sexual como uma construção social, e não como um dado adquirido ou um facto biológico. A controvérsia subjacente entre biologia e construção social é um conflito recorrente entre paradigmas essencialistas e paradigmas construcionistas sociais que remontam a Platão e Aristóteles (Éric FASSIN, 2016). Uma vez que essas antropologias se focam no “afeto entre indivíduos”, a família é considerada irrelevante.

Os documentos do Vaticano argumentam que o problema dessas teorias não reside na utilização das noções de sexo e género. De acordo com esses documentos, o problema é que essas noções são tratadas como estando separadas uma da outra e dependendo de uma escolha pessoal que pode corresponder ou não ao sexo biológico, uma vez que os indivíduos são completamente livres para escolher uma determinada definição sexual. Assume-se que esse entendimento da identidade de género leve a relações de tempo limitadas, incompatíveis com o casamento entre um homem e uma mulher, bem como com a maternidade e a paternidade.

A educação que combate discriminações injustas com base em características específicas, incluindo tendências sexuais, é vista como



algo positivo pelos documentos do Vaticano. No entanto, o discurso sobre “os valores da feminilidade” revela, mais uma vez, a compreensão essencialista das mulheres. As teorias de género são acusadas de tentarem apagar o conceito de “natureza” (isto é, tudo o que nos foi dado como fundamento pré-existente ao nosso ser e ação no mundo). Os documentos do Vaticano mencionam a necessidade de reafirmar as “raízes metafísicas da diferença sexual”, que são encaradas como a dualidade da natureza humana e, conseqüentemente, a génese da família (Rebecca MOORE, 2015). As famílias heterossexuais continuam a ser consideradas o ambiente apropriado para as crianças, uma vez que estas devem poder vivenciar a beleza da diferença entre os dois sexos. Em suma: as famílias heterossexuais são apresentadas pelo Vaticano como o remédio para a “ideologia de género”, isto é, como as portadoras dos verdadeiros valores da vida.

DA RELIGIÃO PARA A LUTA POLÍTICO-PARTIDÁRIA

Nas duas primeiras décadas do século XXI, a rápida disseminação, a uma escala global, de discursos e políticas que afirmam opor-se à “ideologia de género” apresenta características de um contra-movimento destinado a combater e anular políticas feministas e LGBTQ (Elizabeth CORREDOR, 2019) através de estratégias de “contaminação” (Massimo PREARO, 2019): a organização de iniciativas, por parte de uma série de atores da sociedade civil, que incluem petições, manifestações, stand-ins, sit-ins, pressão política, lobby, processos judiciais, produção de literatura e artigos de imprensa, organização de campanhas e de referendos, incitamento à vigilância, com vista à contestação à implementação de legislação progressista sobre direitos reprodutivos e igualdade de género; a adoção e apropriação dessas exigências e iniciativas por atores políticos e/ou aliança estratégica desses movimentos cívicos com partidos políticos, principalmente de extrema-direita populista; a construção de situações de pânico moral que passa pela significação de questões conotadas por esses atores com a “ideologia de género” como sendo ameaças à segurança das crianças (a acusação de que a “ideologia de género” promove a pedofilia, a permissividade sexual e a hipersexualização das crianças e dos/as adolescente); o papel importante dos media, sobretudo das redes

sociais, na mobilização de importantes setores do eleitorado em torno de discursos anti-“ideologia de gênero” e dos políticos que os adotam; em algumas regiões, o cruzamento dos ataques à “ideologia de gênero” com teorias de conspiração frequentemente marcadas por subtextos racistas e/ou xenófobos, que alegam que a “ideologia de gênero” é promovida pelos “inimigos da nação” para enfraquecer a virilidade dos homens nativos; a rejeição e revogação de políticas associadas à “ideologia de gênero” (por exemplo, casamento entre pessoas do mesmo sexo; acesso à contraceção e ao aborto); o desinvestimento em investigação e programas sobre igualdade de gênero e direitos reprodutivos e/ou aumento da perseguição e do discurso de ódio contra pessoas LGBTQ nos países onde partidos com um discurso anti-“ideologia de gênero” obtiveram ganhos eleitorais significativos e/ou formaram governos.

Um olhar transnacional sobre o fenômeno aponta para a dimensão global e a disseminação transfronteiriça da retórica e das políticas de combate à “ideologia de gênero” como parte de uma reação política contra o feminismo, a visibilidade LGBTQ e exigências de direitos sociais, a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, campanhas pela justiça reprodutiva e outras mudanças sociais entendidas como contestatórias à ordem heteronormativa tradicional (Eileen BORIS, 2019). Um tal olhar transnacional expõe também as convergências e alianças entre os opositores à “ideologia de gênero” e o populismo de direita: por um lado, o papel da religião na ascensão do populismo e, por outro, o papel desempenhado pelos partidos populistas (de extrema-direita) na disseminação dos discursos contra a “ideologia de gênero” (Daniel Nilsson DEHANAS e Marat SHTERIN, 2018; Elżbieta KOROLCZUK e Agnieszka GRAFF, 2018; Eszter KOVÁTS, 2018; Eszter KOVÁTS e Maari PÕIM, 2015; Roman KUHAR e David PATERNOTTE, 2018; Liz MASON-DEESE et al., 2018; Niels SPIERINGS et al., 2015). No entanto, uma vez que o quadro semântico “ideologia de gênero” funciona muitas vezes como um significante vazio e adaptável que pode ser facilmente ajustado às condições de cada contexto (Sonia CORRÊA, 2017), ignorar a sua maleabilidade e adaptabilidade corre o risco de invisibilizar de que forma as apropriações locais são marcadas por formulações diferenciadas dos “perigos” atribuídos à “ideologia de gênero”. É por isso que uma

perceção uniformizada do movimento anti-“ideologia de género” como um traço da Direita Global incorre em possíveis equívocos ao ignorar a receção local diferenciada desse discurso global, ou seja, como esse discurso global interage com as tensões locais e as especificidades de cada região/contexto nacional (David PATERNOTTE e Roman KUHAR, 2018). Para além disso, uma equivalência unívoca entre extrema-direita e os promotores (religiosos) dos ataques à “ideologia de género” não tem em conta o facto de que a apropriação da religião para fins políticos pode assumir diferentes formas (Nadia MARZOUKI et al., 2016) e que nestes movimentos estão envolvidos diferentes tipos de atores e origens historicamente diferentes. Além disso, qualquer estudo comparativo dos movimentos anti-“ideologia de género” deve ter em conta os seus diferentes níveis de êxito na mobilização de eleitorados, bem como a prática diferenciada dos governos com esses discursos. Portanto, analisar esse movimento global requer uma compreensão mais complexa das maneiras através das quais projetos distintos – e às vezes concorrentes – podem convergir de facto em ambientes específicos (David PATERNOTTE e Roman KUHAR, 2018).

Vejamos o contexto europeu. A onda de iniciativas contra certos projetos de lei do governo socialista de Zapatero (casamento entre pessoas do mesmo sexo, 2005; educação sexual, 2006; aborto, 2010) transformou a Espanha num laboratório onde estratégias de mobilização contra os direitos sexuais e das mulheres com base no discurso da “ideologia de género” foram testadas por atores ultraconservadores e católicos (Mónica CORNEJO-VALLE e Ignacio J. PICHARDO, 2017). Iniciativas semelhantes tiveram lugar noutros países europeus sensivelmente na mesma altura (Croácia, Itália, Eslovénia) e especialmente no início da década de 2010 (Alemanha, Itália, Polónia, Rússia, Eslováquia). A megamanifestação francesa contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, “Manif pour Tous” em 2012, foi o culminar desta onda de mobilizações. Estas iniciativas foram analisadas como sendo um instrumento de um projeto neocatólico com vista à reimplantação de uma ação política católica (Massimo PREARO, 2019) e como estratégia que permitiu a fundamentalistas religiosos e a conservadores seculares contestarem a própria ideia de igualdade de direitos promovida atra-



vés da universalidade dos direitos humanos (Tamara ADRIÁN, 2017). Nesse sentido, os ataques à “ideologia de género” podem ser vistos principalmente como uma reação contra a secularização da sociedade por setores conservadores que tentam “reverter uma tendência [...] que visa alargar a definição de direitos de cidadania” (Cristiana OTTAVIANO, 2017, p.6). No entanto, torna-se necessária uma análise diferenciada dessas mobilizações. Algumas foram desencadeadas em reação à legislação implementada (por exemplo, Espanha), enquanto outras reagiram a propostas anunciadas (por exemplo, França) ou como uma forma de profilaxia contra reivindicações e políticas que poderiam surgir no futuro (por exemplo, Croácia) (David PATERNOTTE e Roman KUHAR, 2018, p.8). A capacidade de mobilização e o impacto político destas diferentes mobilizações também varia de acordo com o país. Por exemplo, a forte mobilização contra a “ideologia de género” na Espanha não conseguiu revogar a legislação de Zapatero (Mónica CORNEJO-VALLE e Ignacio J. PICHARDO, 2017). Pelo contrário, em países como a França, conseguiu-se paralisar a adoção de legislação, enquanto em países como a Polónia e a Hungria se implementou legislação com vista à revogação de políticas associadas à “ideologia de género”. Para além disso, é preciso também ter em conta o impacto destes movimentos nos Estudos de Género. Os/As investigadores/as e académicos/as associados à “ideologia de género” têm sido amplamente atacados como promotores de trabalhos ideológicos sem qualquer base científica. A disseminação desta suspeita tem afetado negativamente os Estudos de Género, principalmente através de tentativas de minar o campo por meio do desinvestimento. Nesse sentido, centros de estudo e académicos/as a trabalhar na área têm enfrentado uma necessidade crescente de legitimar o seu campo de investigação num contexto de gestão neoliberal das ciências sociais. No entanto, também aqui se torna necessária uma avaliação diferenciada do impacto deste tipo de ataques. Até ao momento, as principais ações políticas contra a área de investigação tiveram lugar em países como a Hungria, onde a legislação adotada ameaçou de facto os programas de estudos de género, levando mesmo a Universidade da Europa Central (CEU) a mudar os seus programas para Viena em 2019/20.

Em vários países da Europa de Leste, que passaram por uma profunda transformação socioeconómica com a implementação de políticas neoliberais, os discursos anti-“ideologia de género” são permeados pela percepção de que a “ideologia de género” é algo que está a ser imposto aos países mais pobres pelas elites ocidentais e pelas “suas” instituições em troca de ajuda financeira. Veja-se, por exemplo, como a oposição à ratificação da Convenção de Istambul (2011) na Polónia, Eslovénia e Bulgária se socorreu precisamente do argumento de que essa iniciativa com vista à prevenção e eliminação de violência contra as mulheres e de violência doméstica forçaria esses países a adotar oficialmente a “ideologia de género”. Veja-se também o caso da Federação Russa. A aliança entre o governo russo e as hierarquias ortodoxas, a par de alguns imaginários entre o senso comum sobre a “Europa gay”, também contribuiu para a percepção, no país, dos estudos e das políticas de género como uma ameaça à autenticidade e à soberania nacionais. Esse discurso transnacional que denuncia a “ideologia de género” como parte de uma conspiração internacional que pretende enfraquecer as comunidades locais e os estados-nação, como um projeto neocolonial apoiado por organismos transnacionais como a ONU, a UE e o grande capital, levou alguma investigação a definir o discurso anti-género como uma nova linguagem conservadora de resistência à globalização neoliberal (Agnieszka GRAFF e Elzbieta KOROLCZUK, 2017; ver também: Weronika GRZEBALSKA et al., 2018). Elzbieta KOROLCZUK e Agnieszka GRAFF (2018) argumentam que as mobilizações anti-género da década de 2010 – mobilizações que combinam conservadorismo na questão do género com uma crítica ao neoliberalismo e à globalização e que contribuíram decisivamente para a disseminação do populismo iliberal – podem ser entendidas como resposta à crise económica internacional de 2008 e à crise da própria democracia liberal. Eszter KOVÁTS (2018) analisa esses movimentos como sintoma de uma crise do sistema mais profunda que abarca dois pilares das democracias liberais contemporâneas: o consenso neoliberal e o consenso dos direitos humanos.

Como demonstra o caso da Estónia, a retórica anti-Bruxelas que permeia alguns discursos anti-“ideologia de género” no país converge com formas de nacionalismo reprodutivo, que funcionam como tentativas



de reinstaurar as fronteiras da soberania nacional em tempos de crise (Aro VELMET, 2019). As ansiedades demográficas sobre a (re)produção da nação sustentam a postura anti-imigração nativista dos partidos populistas europeus (sobretudo de extrema-direita) (ver contributos no volume Gregor FITZI et al., 2018). A alegação de que as baixas taxas de natalidade entre a “população nativa” europeia estariam a abrir caminho para uma “grande substituição” da população cristã branca por imigrantes de países muçulmanos permite uma convergência, em grande parte da extrema-direita europeia, entre islamofobia, agendas anti-imigração e ataques à ideologia “anti-género”. Estes programas políticos assentam no pressuposto de que a família heteronormativa é o lugar seguro para criar filhos/as e assim o garante da própria nação, entendida como fazendo parte da civilização ocidental. Argumentam que apenas a família biológica poderá garantir a transmissão dos valores partilhados pela comunidade cristã entre as gerações. A Alemanha é um caso exemplar deste fenómeno (Andrea ALTHOFF, 2018). A propaganda do partido de extrema-direita *Alternative für Deutschland* (AfD) usa frequentemente o topos da criança “verdadeiramente alemã” ameaçada (que para o partido é uma criança branca de cabelo e olhos claros) para criar situações de pânico moral sobre a nação em perigo de islamização. Ainda que a AfD seja o exemplo mais emblemático da convergência entre oposição à “ideologia de género” e posicionamentos anti-imigração, esse cruzamento também se encontra disseminado entre outras forças políticas e os seus apoiantes. Veja-se o caso emblemático de Birgit Kelle, personalidade mediática apoianta da coligação de centro-direita CDU. Kelle, uma das principais porta-vozes alemãs dos ataques ao feminismo e à “ideologia de género”, sobretudo na questão da educação das crianças,¹ tem revelado, nos debates sobre migração, um discurso securitário assente na percepção do Islão como entidade monolítica perigosa para a civilização alemã.

¹ Veja-se o seu ensaio “Der alte Feminismus hat uns nichts mehr zu sagen” [O velho feminismo já não tem nada para nos dizer] (2012) e o livro *GenderGaga: wie eine absurde Ideologie unser Alltag erobern will* [GenderGaga: como uma ideologia absurda quer conquistar o nosso quotidiano] (2015).



O cruzamento de discursos anti-“ideologia de género” com a islamofobia tem certas particularidades relacionadas com a forte presença do femonacionalismo² e do homonacionalismo³ na Europa Ocidental. Em países como a Alemanha e os países escandinavos, não é incomum encontrar, em posições de liderança de partidos de extrema-direita, mulheres que não adotam o papel tradicional da mulher. Veja-se o caso de Alice Weidel, gestora bem-sucedida e lésbica assumida, na direção do referido partido alemão AfD. Para percebermos esta aparente contradição é preciso termos em conta como os direitos das mulheres e os direitos LGBTQ não funcionam neste tipo de partidos como uma retórica para promover a igualdade de género, mas como um dispositivo de propaganda útil para desvalorizar e estigmatizar as comunidades e os/as imigrantes muçulmanos/as (Júlia GARRAIO, 2019, Ann TOWNS et al., 2014). Esta retórica costuma ser acompanhada por um discurso antifeminista e contra o ativismo LGBTQ, acusados/as de não confrontarem o que os opositores à “ideologia de género” consideram ser os perigos “reais” para as mulheres e as pessoas LGBTQ na Europa contemporânea: as comunidades muçulmanas e os/as imigrantes.

A América Latina tem sido, como sabemos, uma região fulcral de mobilização sociopolítica contra a “ideologia de género”. Uma das particularidades de alguns países desta região reside no facto de aí o discurso anti-“ideologia de género” também se encontrar entre algumas forças de esquerda. Veja-se o caso do presidente equatoriano Rafael Corrêa, que, em 2013, denunciou, no seu programa televisivo semanal, a “ideologia de género” como uma ameaça à família. No México, o presidente López Obrador tem o apoio do partido evangélico Encuentro Social, que se opõe à “ideologia de género”. No entanto, é inegável que o impacto eleitoral mais importante do discurso anti-“ideologia de

² O conceito foi proposto por Sara R. FARRIS (2017) para caracterizar a cooptação e exploração de questões feministas por agendas islamofóbicas e xenófobas. A partir do contexto da França, Itália e Holanda, Farris argumenta que nestes países se verificou uma apropriação do discurso da igualdade de género com vista à promoção de políticas racistas, à discriminação económica e à segregação das minorias.

³ O conceito foi proposto por Jabir PUAR (2007) para argumentar que o imperialismo americano, nomeadamente no quadro da “guerra ao terror”, se apropriou do discurso dos direitos gays e da sua integração num espaço de consumismo.

género” no continente se encontra essencialmente à direita e que este discurso tem contribuído de forma decisiva para derrubar governos de esquerda e para promover políticos de extrema-direita com o apoio de setores católicos conservadores e evangélicos. De facto, a análise da América Latina exige um olhar sobre o papel desempenhado por setores evangélicos e pentecostais na disseminação e cooptação política de discursos anti-género com fins eleitorais (Karina Bárcenas BARAJAS, 2018). No Brasil, os ataques à “ideologia de género” irromperam no contexto de oposição às reformas relativas à educação escolar e ao currículo nacional promovidas pelos governos de esquerda: neste contexto, a “ideologia de género” tornou-se uma categoria com o significado de “doutrinação ideológica nas instituições educacionais” e de hipersexualização de crianças (veja-se, por exemplo, Fernando de Figueiredo BALIEIRO, 2018, Priscila FREIRE, 2018; Richard MISKOLCI, 2018).

Na América Latina, os ataques à “ideologia de género” têm estado ao serviço de uma ampla gama de agendas que não se limitam às áreas comumente associadas a questões de género. Veja-se o caso emblemático da Colômbia, onde o acordo de paz referendado em 2016 foi derrotado por uma margem estreita (49,8% contra 50,2%). O plebiscito visava a ratificação do plano de paz que deveria pôr fim ao conflito militar entre as forças governamentais e as forças guerrilheiras FARC. Abrangia, para além do fim das hostilidades, questões de reforma agrária, compensações às vítimas, formas de participação política e soluções para a produção ilícita de droga. Todavia, a oposição à “ideologia de género” permeou a campanha do “não”, adquirindo uma dimensão formativa na criação de um consenso e na articulação de setores sociais díspares no momento em que a Colômbia estava a negociar um novo pacto social (José Fernando Serrano AMAYA, 2017; William Mauricio BELTRÁN e Sian CREELY, 2018).

Os movimentos que alegam combater a “ideologia de género” na Europa e na América Latina fazem parte de uma viragem nacionalista conservadora muito mais ampla na política internacional, que, em numerosos casos, conta com o apoio de lideranças das mais diversas religiões. Veja-se, nesse sentido, como a agenda de políticas sociais centrada na família na Turquia de Erdogan (Zafer YILMAZ, 2015) e o ativismo anti-



-gay na África subsaariana (Kapyra KAOMA, 2014) são permeados por argumentos e posicionamentos políticos e morais que marcam os movimentos anti-“ideologia de gênero”: a reivindicação de uma autenticidade local heteronormativa e da família como espaço de reprodução biológica por oposição ao que se denuncia como sendo ameaças externas que ambicionam a destruição da virilidade dos homens locais.

Para além disso, é preciso atender também à investigação que analisa o ressurgimento e êxito de um tipo de liderança política que cultiva a imagem pública de “homem forte” cuja masculinidade é significada como garantia ao serviço da proteção da nação (vejam-se os casos da Rússia, Filipinas, Hungria, EUA, Índia, Turquia, Brasil, entre muitos outros). Alguma investigação associa contextos de precariedade e despossessão socioeconómica que afetam significativamente a população masculina à emergência e ao alastrar de projetos políticos que advogam a nação como refúgio contra um tipo de cosmopolitismo e globalização neoliberal que tem provocado tantos/as excluídos/as. Veja-se, por exemplo, o trabalho de Pankay MISHRA (2017), que analisa, numa perspetiva global e no contexto das expectativas defraudadas, vulnerabilidades e desigualdades geradas pelo neoliberalismo, a remasculinização da luta e do discurso políticos. O autor identifica nestes discursos o recurso frequente a imagens de violência sexualizada e a um subtexto de subalternização do que é considerado feminino, o enaltecimento do militarismo e os ataques ao chamado marxismo cultural, aos direitos LGBTQ e ao feminismo, acusados de contribuírem para o enfraquecimento da nação e da virilidade dos seus homens. Nesse sentido, estudos comparativos de análise aos cruzamentos, convergências e aproximações entre os movimentos anti-“ideologia de gênero” e a remasculinização do discurso político permitirão aferir e situar o papel dos ataques aos estudos de gênero e ao feminismo na geopolítica internacional de maneira mais abrangente e precisa.

RESISTIR AOS ATAQUES À “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

O discurso anti-“ideologia de gênero” tem contribuído para a hostilidade para com iniciativas de igualdade de gênero e tem estimulado até mesmo a perseguição a ativistas e profissionais na área de direitos reprodutivos e direitos LGBTQ. Em termos mais gerais, esses movimentos



anti-gênero têm alimentado um clima de desinvestimento na área da igualdade de oportunidades, pois esse tipo investimento passou a ser considerado “suspeito” de promover o apagamento do que é considerada a “identidade natural” de homens e mulheres. Os ataques verbalizados ou subliminares dos atores anti-“gênero” às medidas propostas e apoiadas pelas organizações internacionais que trabalham no campo dos direitos reprodutivos e do empoderamento das mulheres (especialmente as campanhas das Nações Unidas destinadas a reforçar a participação das mulheres nas decisões políticas) expõem o pânico desses atores perante teorias e práticas que entendem as identidades e os papéis das mulheres como sendo construídos culturalmente (e não determinados pela biologia). Esse pânico torna-se deveras visível na discussão de questões relacionadas com o controle de natalidade e a educação sexual. As campanhas promovidas por organizações internacionais nesse sentido entraram em conflito não apenas com a influência do Vaticano, tanto a nível local como global, mas também com outras forças religiosas e atores políticos. O pânico não pode assim ser visto apenas como um “pânico religioso”: a influência de tais organizações internacionais é vista por muitos partidos políticos, principalmente partidos nacionalistas e/ou de extrema-direita, como uma intervenção estrangeira abusiva em políticas nacionais. Daí que esse medo se revista de uma argumentação discursiva assente na defesa da autenticidade e soberania nacionais. De fato, muitas vezes a principal preocupação dos atores anti-“ideologia de gênero” parece ser uma “guerra demográfica”: se as mulheres e os homens que são vistos como o corpo da “verdadeira nação” ficarem sob a “influência” da “perniciosa” “ideologia de gênero” e se afastarem dos seus papéis tradicionais (apresentados como se fossem a ordem social natural), então a comunidade autêntica fica em risco. É assim que o discurso anti-“ideologia de gênero” foi adotado tão facilmente por forças políticas nativistas anti-imigração que alegam que a “ideologia de gênero” faz parte de uma estratégia de destruição da civilização ocidental e substituição dos “verdadeiros” europeus por pessoas vindas de outras partes do mundo. É também aqui que reside o cerne da resistência entre esses partidos e instituições religiosas contra a educação sexual e contra os debates sobre questões de gênero nas escolas.



O padrão dos ataques contra a “ideologia de gênero” – criação de situações de pânico moral e inimigos voláteis, frequentemente cruzando-se com discursos locais de ódio racial (antisemitismo na Hungria, islamofobia no norte da Europa) – foi exposto como sendo uma maneira de alienar as sociedades de questões estruturais que deveriam ser discutidas, como as desigualdades de gênero, classe e étnico-raciais (Sonia CORRÊA, 2017). Muitos argumentam que a resposta às investidas anti-“ideologia de gênero” deve ser, por um lado, a exposição e denúncia dos objetivos promotores de desigualdade e opressão por parte dos atores anti-gênero e, por outro, o aprofundamento e a popularização dos debates sobre gênero e as suas implicações na sociedade. Como notou Eileen BORIS (2019), é imperativo que controlemos a narrativa, contando-a de maneira diferente por meio de novos media e numa comunicação acessível, para além das produções académicas. Tal como a convergência anti-“ideologia de gênero” e as agendas anti-imigração sinaliza, o que está em causa é, por um lado, a reivindicação do corpo feminino como património étnico-racial da nação e, por outro, a perseguição aos corpos que se colocam fora do modelo de família heteronormativa, ou seja, a contestação da autonomia sexual do corpo feminino e do corpo não heteronormativo e a redução desses corpos a máquinas de reprodução da nação. Como alertava Judith BUTLER (2019) num texto recente em que apelava ao fim dos ataques contra a “ideologia do gênero”, nomeadamente no quadro do ensino, o que está em causa é antes de tudo o direito do indivíduo à liberdade e à autodeterminação: ensinar gênero não é doutrinação, não é impor modelos de comportamento; trata-se, pelo contrário, de criar um espaço para os/as jovens encontrarem o seu próprio caminho dentro da complexidade humana e de promover um mundo em que aqueles/as que não se encontram dentro da norma vigente possam viver sem medo. Em suma, trata-se de criar um mundo mais equitativo e livre de violência. Consequentemente, resistir aos movimentos anti-gênero significa defender sociedades mais igualitárias e menos opressivas, e implica a cooperação com ativistas e a solidariedade para com aqueles/as mais diretamente visados pelos ataques à “ideologia de gênero”.



BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Paul. Gender ideology and the truth of marriage: the challenge for Christian social workers. **Social Work & Christianity**, volume 44, n.1, pp. 143-169, 2017.

ADRIÁN, Tamara. A Crusade Against the “Perverse Gender Ideology” – The New Campaign Used By Fundamentalists to Attack Trans, Intersex, Androgynous or Gender Fluid Persons. **The Journal of Sexual Medicine**. 2017

ALTHOFF, Andrea. Right-wing populism and religion in Germany: Conservative Christians and the Alternative for Germany (AfD). **Zeitschrift für Religion, Gesellschaft und Politik**, volume 2, pp. 335–363, 2018.

AMAYA, José Fernando Serrano. La tormenta perfecta: Ideología de género y articulación de públicos. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, volume 27, pp.149-171, 2017.

AUZA, Bernardito, **Gender Equality and Gender Ideology: Protecting Women and Girls**. Nova Iorque: Permanent Observer Mission of the Holy See to the United Nations, 2019. Disponível em <https://holyseemission.org/contents/statements/5c9511849e908.php>. Acesso em 2 de Dezembro de 2019.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. (2018) “Don’t mess with my kids”: building the moral panic of the child under threat. **Cadernos Pagu**, volume 53, 2018.

BARAJAS, Karina Bárcenas. Pánico moral y de género en México y Brasil: rituales jurídicos y sociales de la política evangélica para deshabilitar los principios de un estado laico. **Religião e Sociedade**, volume 38, n. 2, pp. 85-118, 2018.

BELTRÁN, William Mauricio, CREELY, Sian. Pentecostals, Gender Ideology and the Peace Plebiscite: Colombia 2016. **Religions**, volume 9, pp. 1-19. 2018.

BORIS, Eileen. Gender troubles, Redux. **Women’s History Review**, volume 28, n.4, pp. 686-691, 2019.

BUTLER, Judith. The backlash against ‘gender ideology’ must stop”. **NewStatesman**, 21-01-2019. Disponível em <https://www.newstatesman.com/2019/01/judith-butler-backlash-against-gender-ideology-must-stop>. Acesso em 15 dez 2019.

CAREAGA-PÉREZ, Gloria. Moral Panic and Gender Ideology in Latin America. **Religion & Gender**, volume 6, n.2, pp. 251-255, 2016.

CASE, Mary Anne. The Role of the Popes in the Invention of Complementarity and the Vatican’s Anathematization of Gender. **Religion & Gender**, volume 6, n.2, pp. 55-172. 2016.

CASE, Mary Anne. Trans Formations in the Vatican’s War on “Gender Ideology”. **Signs**, volume 44, n.3, pp. 639-664, 2019.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, **Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais**, Vaticano: Ed. Vaticano, 2004.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, «Homem e Mulher os Criou». **Para uma Via de Diálogo sobre a Questão do Gender na Educação**, Vaticano: Ed. Vaticano, 2019.



- CORNEJO-VALLE, Mónica, PICHARDO, J. Ignacio. La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. **Cadernos Pagu**, volume 50, 2017.
- CORRÊA, Sonia. (2017) Gender Ideology: tracking its origins and meanings in current gender politics. **Engenderings LSE**, 2017. Disponível em <https://blogs.lse.ac.uk/gender/2017/12/11/gender-ideology-tracking-its-origins-and-meanings-in-current-gender-politics/>. Acesso em 15 dez 2019.
- CORRÊA, Sonia. ‘Theologies’ and contexts in a Latin American perspective. **Religion & Gender**, volume 6, n.2, pp. 256-263, 2016.
- CORREDOR, Elizabeth. Unpacking “Gender Ideology” and the Global Right’s Antigender Countermovement. **Signs**, volume 44, n.3, pp. 613–638, 2019.
- DEHANAS, Daniel Nilsson, SHTERIN, Marat. Religion and the rise of populism. **Religion, State & Society**, volume 46, n.3, pp.177–185, 2018.
- FARRIS, Sara R. **In the Name of Women’s Rights: The Rise of Femonationalism**. Durham: Duke University Press, 2017.
- FASSIN, Éric. Gender and the Problem of Universals: Catholic Mobilizations and Sexual Democracy in France. **Religion & Gender**, volume 6, n.2, pp.173–186, 2016.
- FAVIER, Anthony (2015) Catholics and gender. A Historical Approach. **laviedesidees.fr**. 16-03-2015. Disponível em <https://booksandideas.net/Catholics-and-gender.html>. Acesso em 15 dec 2020.
- FREIRE, Priscila. “Ideologia de gênero” e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo. **ex aequo**, volume 37, pp. 33-46. 2018.
- FITZL, Gregor, MACKERT, Juergen, TURNER, Bryan S. (org.). **Populism and the Crisis of Democracy Volume 3: Migration, Gender and Religion**. London and New York: Routledge, 2018.
- GARBAGNOLI, Sara. (2016) Against the Heresy of Immanence: Vatican’s “Gender” as a New Rhetorical Device Against the Denaturalization of the Sexual Order. **Religion & Gender**, volume 6, n.2, pp. 187-2014, 2016.
- GARBAGNOLI, Sara, PREARO, Massimo. **La croisade “anti-genre” : Du Vatican aux manifs pour tous**. Paris: TEXTUEL, 2017.
- GARRAIO, Júlia. Mulheres na extrema-direita, nacionalismos e desafios aos feminismos. **ALICE News**, 2019. Disponível em <https://alicenews.ces.uc.pt/?lang=1&id=25002>. Acesso em 14 jan 2020.
- GRAFF, Agnieszka, KOROLCZUK, Elzbieta. Towards An Illiberal Future: Anti-Genderism and Anti-Globalization. **Global Dialogue. Magazine of the International Sociological Association**, 2017. Disponível em <http://globaldialogue.isa-sociology.org/towards-an-illiberal-future-anti-genderism-and-anti-globalization/>. Acesso em 30 dez 2020.



GRZEBALSKA, Weronika, KOVÁTS, Eszter, PETŐ, Andrea. Gender as symbolic glue. How ›gender‹ became an umbrella term for the rejection of the (neo)liberal order. In MASON-DEESE et al. (org.). **Breaking Feminism**, Berlin: LuXemburg. Gesellschaftsanalyse und linke Praxis, pp. 32–38, 2018.

HAIG, David. The Inexorable Rise of Gender and the Decline of Sex: Social Change in Academic Titles, 1945-2001. **Archives of Sexual Behavior**, volume 33, n.2, pp. 87-96, 2004.

HOLMES, Brooke. **Gender: Antiquity and its Legacy**. London and Oxford: Bloomsbury, 2012.

KAOMA, Kapyra. The paradox and tension of moral claims: Evangelical Christianity, the politicization and globalization of sexual politics in sub-Saharan Africa. **Critical Research on Religion**, volume 2, n.3, pp. 227–245, 2014.

KOROLCZUK, Elzbieta. The Vatican and the Birth of Anti-Gender Studies. **Religion & Gender**, volume 6, n.2, pp. 293-296, 2016.

KOROLCZUK, Elzbieta, GRAFF, Agnieszka. Gender as “ebola from Brussels”: The anticolonial frame and the rise of illiberal populism. **Signs**, volume 43, n.4, pp. 797-821, 2018.

KOVÁTS, Eszter. Questioning consensus: Right-wing populism, anti-populism, and the threat of “gender ideology”. **Sociological Research Online**, volume 23, n.2, pp. 528-538, 2018.

KOVÁTS, Eszter, PŐIM, Maari (org.). **‘Gender as symbolic glue’ - The position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilization in Europe**. FEPS in cooperation with the Friedrich-Ebert-Stiftung, 2015.

KROSKA, Amy. Conceptualizing and Measuring Gender Ideology as an Identity. **Gender & Society**, volume 14, n.3, pp. 368–394, 2000.

KUHAR, Roman, PATERNOTTE, David (org.). **Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing against equality**. London: Rowman & Littlefield International, 2018.

LLEWELLYN, Dawn. Maternal Silences: Motherhood and Voluntary Childlessness in Contemporary Christianity. **Religion & Gender**, volume 6, n.1, pp. 64-79, 2016.

MARZOUKI, Nadia, MCDONNELL, Duncan, ROY, Olivier (org.). **Saving the people: How populists hijack religion**. London: Hurst, 2016.

MASON-DEESE, Liz et al. (org.). **Breaking Feminism**. Berlin: LuXemburg. Gesellschaftsanalyse und linke Praxis, 2018.

MISHRA, Pankay. **Age of Anger: A History of the Present**. Penguin, 2017.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, volume 53, 2018.

MONEY, J, HAMPSON, J.G., HAMPSON, J.L. An Examination of Some Basic Sexual Concepts: The Evidence of Human Hermaphroditism. **Bull. Johns Hopkins Hosp**, volume 97, n.4, pp. 301-19, 1955.



MOORE, Rebecca. **Women in Christian Traditions**. New York and London: New York University Press, 2015.

O'LEARY, Dale. Gender: The Deconstruction of Women Analysis of the Gender Perspective in Preparation for the Fourth World Conference on Women, Beijing, China, September, 1995. Disponível em: <https://digitalcollections.library.gsu.edu/digital/collection/boothel/id/1384/>. Acesso em 10 dez 2019.

OTTAVIANO, Cristiana. An attack called defence: the communication strategy of “gender opponents” in Italy. **REM - Research on Education and Media**, volume 10, n.2, pp. 3-9, 2017.

PAPA FRANCISCO, **Apostolic Journey of His Holiness Pope Francis To Sri Lanka and The Philippines (12-19 January 2015)**. **In-Flight Press Conference of His Holiness Pope Francis From the Philippines To Rome**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015a.

PAPA FRANCISCO, **Carta Encíclica *Laudato Si'* do Santo Padre Francisco sobre O Cuidado Da Casa Comum**. Vaticano: Tipografia Vaticana, 2015b.

PAPA FRANCISCO, **Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia***. Vaticano: Tipografia Vaticana, 2016.

PATERNOTTE, David, KUCHAR, Roman. Disentangling and locating the “global right”: Anti-gender campaigns in Europe. **Politics and Governance**, volume 6, n.3, pp. 6-19, 2018.

PHILIPS, S.U. Gender Ideology: Cross-cultural Aspects. In SMELSER, N.J., BALTES, P.B. (org.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Oxford: Pergamon, pp. 6016–6020, 2001.

POLLITT, Katha. If Pope Francis Really Wanted to Fight Climate Change, He'd Be a Feminist. **The Nation**. 09-09-2015. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/the-popes-blind-spot/>. Acesso em 10 dec 2019.

PONTIFICAL COUNCIL FOR THE FAMILY, **Lexicon. Ambiguous and debated terms about family, life and ethical matters**. Front Loyal: **Human Life International**, 2006.

PREARO, Massimo. Family Day, movimenti e mobilitazioni anti-gender: un progetto politico neocattolico. **Genesis. Rivista della Società Italiana delle Storiche**, volume XVIII, n.1, 2019.

PUAR, Jabir. **Terrorist Assemblages : Homonationalism in Queer Times**. Durham: Duke University Press, 2007.

PURVIS, June, WEATHERILL, Amanda. Playing the gender history game: A reply to Penelope J. Corfield. **Rethinking History**, volume 3, n.3, pp. 333–338, 1999.

SPIERINGS, Niels et al. (2015) ‘Gender and populist radical-right politics: an introduction. **Patterns of Prejudice**, volume 49, n.1/2, pp. 3–15, 2015

TOLDY, Teresa. Someone is Missing in the Common House: The Empty Place of Women in the Encyclical Letter “*Laudato si'*”. **Journal of the European Society of Women in Theological Research**, volume 25, pp.167-189, 2017.



TOLDY, Teresa, SANTOS, Ana Cristina. Religião, género e cidadania sexual: Uma introdução. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, volume 110, pp. 43-50, 2016.

TOWNS, Ann, KARLSSON, Erika, EYRE, Joshua. The equality conundrum: Gender and nation in the ideology of the Sweden Democrats. **Party Politics**, volume 20, n.2, pp. 237-247, 2014.

UBIETA, Carmen Bernabé, HENRIQUES, Fernanda, TOLDY, Teresa. A ‘ídeologia de género’ da Igreja Católica. **ex æquo**, volume 37, pp. 9-17. 2018.

UNITED NATIONS (2016) **Report of the Fourth World Conference on Women Beijing, 4-15 September 1995**. 2016. Disponível em: <https://undocs.org/pdf?symbol=en/A/CONF.177/20/Rev.1>. Acesso em 15 dec 2019.

VAGGIONE, Juan Marco. Francis and “Gender Ideology”: Heritage, Displacement and Continuities. **Religion & Gender**, volume 6, n.2, pp. 302-307, 2016.

VELMET, Aro. Sovereignty after Gender Trouble: Language, Reproduction, and Supranationalism in Estonia, 1980–2017. **Journal of the History of Ideas**, volume 80, n.3, pp. 455-478, 2019.

YILMAZ, Zafer (2015) “Strengthening the Family” Policies in Turkey: Managing the Social Question and Armoring Conservative–Neoliberal Populism. **Turkish Studies**, volume 16, n.3, pp. 371–390, 2015.

Submetido em: 7-4-2020

Aceito em: 8-4-2020